

e unidades agroindústrias, os pareceres para autorização de arranque de olival, o controlo de ajudas, a emissão de pareceres diversos relativos à qualidade de agricultor ou no âmbito da atividade agrícola.

Deste modo, quando, ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 53/2006, a DRAP elaborou a lista de atividades e procedimentos para a prossecução das suas atribuições e competências e a listas com o número de Postos de Trabalho (PT) considerados necessários para as executar e desenvolver, que vieram a ser aprovadas por despacho conjunto de 14.03.2007, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para as quais se remete e se dão aqui por integralmente reproduzidas, fez refletir nas mesmas tal entendimento.

O procedimento de reestruturação aberto em 30.03.2007, por despacho do então Diretor Regional, em linha com esta opção de gestão, refletiu igualmente esta política de concentração na sede da Direção Regional de todos os Técnicos Superiores licenciados em Direito, decidida à época, como medida de maior eficácia por via da proximidade e como garantia de melhor uniformização na atuação, facilitando a articulação com a Secretaria-Geral do MADRP competente em matéria de contencioso.

Na parte que se refere às Delegações Regionais de Portalegre, Beja e Santiago não foi criado qualquer Posto de Trabalho para Técnico Superior licenciado em Direito.

Verificando-se, de forma concomitante a criação dos correspondentes postos de trabalho em Évora.

Nestes termos, o despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de 14 de março de 2007 que aprovou a lista de postos de trabalho necessários para assegurar as atividades desta Direção Regional previa 6 postos de trabalho para técnicos superiores licenciados em Direito, todos na sede da Direção Regional em Évora, para assegurarem as funções de apoio jurídico, assessoria e auditoria interna.

O número de efetivos licenciados em Direito no serviço reestruturado é igual ao número de postos de trabalho existentes na DRAP Alentejo,

A Dr.ª Maria Idalina Alves Trindade foi notificada, em sede de audiência de interessados, que ficou posicionada em 3.º lugar, na lista dos PT necessários, que era de 6 licenciados em Direito, para assegurar na sede da Direção Regional em Évora, as atividades de apoio jurídico, assessoria e de auditoria interna, em consequência da repetição do procedimento de reafetação dos técnicos superiores licenciados em Direito providos em lugares do quadro da ex-Direção Regional de Agricultura do Alentejo, subsequente à reestruturação determinada no artigo 21.º, n.º 4 alínea e) do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de outubro, concretizada pelo Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de fevereiro, pelas Portarias n.ºs 219-G/2007 e 219-Q/2007, de 28 de fevereiro, e pelos Despachos n.ºs 9753/2007, de 30 de março e 31109/2008, de 16 de setembro. E, em consequência, foi proposta para ser reafeta para assegurar tais funções na sede da Direção Regional em Évora, de acordo com a lista nominativa que fez parte integrante da notificação que lhe foi efetuada.

Reafetação que aceitou, apesar de declarar que não prescindiria de todos os direitos que lhe assistem, reportados à data da sua colocação em SME e que irá naturalmente exercer junto do foro judicial competente, ao ter-se apresentado *sponte sua* no seu posto de trabalho, na sede da Direção Regional de Agricultura do Alentejo, em Évora, no dia 04.10.2013, após fim do CIT que juntou e lhe justificava doença no período de 30.09.2013 a 03.10.2013, ainda antes da decisão final ter sido proferida, (*o CIT foi-lhe devolvido, para os devidos efeitos, tendo em conta que ainda se encontrava em SME*), consubstanciando tal conduta uma aceitação dos exatos termos da execução do despacho.

Foram igualmente notificados os contrainteressados em sede de audiência prévia, que não se pronunciaram.

Sendo nulos os efeitos da apresentação ao serviço da técnica superior Maria Idalina Trindade, atenta a extemporaneidade daquele ato e decorrido que foi o prazo de audiência prévia, cabe, agora, proferir a decisão final.

Assim sendo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 173.º do CPTA, determino, pelo presente despacho:

A conversão em definitiva da lista dos técnicos superiores licenciados em direito, anexa, para assegurar na sede da Direção Regional em Évora, as atividades de apoio jurídico, assessoria e de auditoria interna, em consequência da repetição do procedimento de reafetação dos técnicos superiores licenciados em Direito providos em lugares do quadro da ex-Direção Regional de Agricultura do Alentejo, subsequente à reestruturação determinada no artigo 21.º, n.º 4 alínea e) do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de outubro, concretizada pelo Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de fevereiro, pelas Portarias n.ºs 219-G/2007 e 219-Q/2007, de 28 de fevereiro, e pelos Despachos n.ºs 9753/2007, de 30 de março e 31109/2008, de 16 de setembro;

A reafetação da técnica superior Dr.ª Maria Idalina Alves Trindade, à sede da DRAP em Évora, a qual deverá reportar os seus efeitos à data de 11.8.2007, data em que a lista nominativa que faz parte integrante do

despacho do então Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, datado de 19.06.2007 e publicado no DR 2.ª série de 10.08.2007, na parte que lhe diz respeito, iniciou a sua produção de efeitos.

16 de outubro de 2013. — O Diretor Regional, *Francisco M. Santos Murteira*.

208221308

## Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

### Aviso n.º 12813/2014

Em conformidade com o estipulado na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, após anuência da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria de técnico superior, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Maria Cristina Antunes Neves, com efeitos a 1 de abril de 2014, integrando um posto de trabalho de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., sendo mantidos a 7.ª posição remuneratória e o nível remuneratório 35.º da carreira de Técnico Superior da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, conforme situação jurídico-funcional existente no organismo de origem.

30/07/2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

208220863

### Aviso n.º 12814/2014

Nos termos do disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º e do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz -se público que por meu despacho datado de 05/03/2014 foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, na carreira/categoria da Assistente Técnica Ana Cristina Cruz Faustino no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., com efeitos à data do despacho, tendo-se procedido à celebração do correspondente contrato de trabalho em funções públicas.

Nos termos do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a trabalhadora mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico -funcional de origem situado entre a 1.ª e 2.ª posição da carreira/categoria de Assistente Técnico e no nível remuneratório entre o 5 e 7, da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

30 de julho de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

208220855

### Aviso n.º 12815/2014

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da conclusão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) — 14.ª Edição, se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, para ocupação de posto de trabalho da carreira de técnico superior previsto no mapa de pessoal deste Instituto, com Ricardo Filipe Marques Pinto, auferindo a remuneração base correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior, com o nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 1 de agosto de 2014.

30 de setembro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

208220839

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

### Despacho n.º 13931/2014

1. Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º e artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de agosto, nomeio presidente do conselho consultivo do Centro Medicina de Reabilitação

da Região Centro — Rovisco Pais, o Professor Doutor Júlio Domingos Pedrosa Luz de Jesus.

2. O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

7 de novembro de 2014. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

208219365

### Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

#### Despacho (extrato) n.º 13932/2014

Por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Saúde, de 9 de setembro de 2014, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna da enfermeira Alexandra Cristina Mugeiro Sousa Domingos, pertencendo ao mapa de pessoal do Centro Hospitalar e Psiquiátrico de Lisboa, para o ACES Loures-Odivelas, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º-A do Estatuto Nacional de Saúde, conjugado com o artigo 64.º da LVCR, com efeitos reportados a 4 de fevereiro de 2014.

2 de outubro de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr.ª Célia Maria Ferreira Tavares Cravo*.

208220166

#### Despacho (extrato) n.º 13933/2014

Por despacho da Vogal Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 12/08/2014, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna, nos termos do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, a Maria Cristina Carvalho Lebre Ramos, Técnica Superior, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, para integrar o mapa de pessoal da ARSLVT, I. P./ACES da Lezíria.

23 de outubro de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Célia Maria Ferreira Tavares Cravo*.

208219795

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

### Secretaria-Geral

#### Declaração de retificação n.º 1168/2014

Por ter saído com inexatidão, retifica-se que no sumário do aviso n.º 12661/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro de 2014, onde se lê «Mobilidade interna» deve ler-se «Mobilidade na categoria».

12 de novembro de 2014. — A Secretária-Geral Adjunta, *Ana Almeida*.

208229036

### Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

#### Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Leiria

#### Aviso n.º 12816/2014

Nos termos do disposto da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a lista nominativa do pessoal docente nomeado para o quadro de zona pedagógica, com efeitos a 1 de setembro de 2014.

Nome	Grupo	QZP	Índice
Nélia Carla Ferreira Rodrigues . . . . .	510	04	167

10 de novembro de 2014. — O Diretor, *Luis Pedro Costa de Melo Biscaia*.

208222426

### Agrupamento de Escolas Alves Redol, Vila Franca de Xira

#### Aviso n.º 12817/2014

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a lista nominativa do pessoal docente, com CTFP por tempo indeterminado que cessou a relação jurídica de emprego, em 01/05/2014, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, aprovado pela Portaria n.º 332-A/2013, de 11 de novembro:

Nome	Grupo	Índice
Maria José Vitorino Gonçalves . . . . .	200	340

10 de novembro de 2014. — O Diretor, *Teodoro de Assunção Bernardo Roque*.

208223309

### Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade, Almada

#### Despacho n.º 13934/2014

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e da Portaria n.º 332-A/2013, de 11 de novembro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal docente que cessou a relação jurídica de emprego, com efeitos a 1 de setembro de 2014, através do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo de Docentes:

Deolinda da Conceição Campos dos Reis;  
Capitolina dos Santos;  
Maria Eugénia dos Santos Farinha Simões Raposo;  
Mariana Teresa Simas Palrão.

10 de novembro de 2014. — A Diretora, *Maria Margarida Lucena*.

208221949

### Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia

#### Aviso n.º 12818/2014

Ao abrigo dos artigos 60.º e 61.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, coloco em situação de mobilidade interna a assistente técnica Maria João Lebre Barbosa para exercer as funções de coordenadora técnica dos Serviços Administrativos deste Agrupamento de Escolas, a partir do dia 15 de novembro de 2014.

7 de novembro de 2014. — O Diretor, *Joaquim Alfredo Pinto Marques*.

208220296

### Agrupamento de Escolas Dr. Ginestal Machado, Santarém

#### Aviso n.º 12819/2014

#### Lista de antiguidade do pessoal docente

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de março, torna-se público que se encontra afixada nos estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas do agrupamento, a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de agosto de 2014.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei os funcionários dispõem de 30 dias, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para apresentarem reclamação ao dirigente máximo do serviço.

10 de novembro de 2014. — O Diretor, *Manuel António Pereira Lourenço*.

208220441

### Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, Bragança

#### Despacho (extrato) n.º 13935/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 6, do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011,